

CPI investigou dívida externa em 1983

GILSE GUEDES

BRASÍLIA – Em 1983, no governo do general João Figueiredo, deputados criaram na Câmara uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da dívida externa para apurar as causas do endividamento. Após a conclusão dos trabalhos, enviaram recomendação à Procuradoria-Geral da República para que autoridades fossem responsabilizadas, criminalmente, em razão de irregularidades na concessão de negociações comerciais com a Polônia e a concessão de empréstimos, o chamado caso das “polonetas”.

Em seu relatório final, a CPI fez um histórico da dívida externa, demonstrando que sua origem é datada de 1823, logo após a proclamação da Independência, com o primeiro empréstimo libera-

do pela Inglaterra no valor de 3,6 milhões de libras esterlinas. O dinheiro foi usado para o financiamento do déficit orçamentário. A CPI, concluída em 1984, condenou acordos do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O documento mostra, no entanto, que, em razão de empréstimos do FMI ao Brasil, de 1964 a 1967, no valor de US\$ 214 milhões, o governo pôde, depois de um rigoroso ajuste fiscal, alcançar equilíbrio na balança de pagamentos até 1968 e crescentes saldos positivos. Por essas razões, o País conseguiu cumprir seus compromissos no exterior sem precisar recorrer a novos empréstimos. “De 1964 a 1967, a dívida externa manteve-se praticamente estável, passando de US\$ 3,09 bilhões para US\$ 3,37 bilhões.”

Presidida pelo então deputado Alencar Furtado, do PMDB, tendo como vice-presidente Sebastião Nery, do PDT, a comissão de investigação considerou que acordos firmados com o fundo feriam a independência e a soberania do governo brasileiro, destacando que as negociações não foram referendadas pelo Congresso.